



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**



**GABINETE DO VEREADOR ALAN QUEIROZ**

**PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_ 2016.**

**PROTOCOLO**

**Divisão das Comissões**

Proj. de Lei nº 3.383/2016

Proj. de Lei Comp. nº \_\_\_\_\_

Resolução \_\_\_\_\_

Decreto Legislativo \_\_\_\_\_

Emenda \_\_\_\_\_

Data 07/03/16 Horário 9:00 hs

**INSTITUI a política Municipal de prevenção às doenças ocupacionais do Educador da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art.87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

**Art. 1º**- Fica instituída a Política Municipal de Prevenção às Doenças Ocupacionais que acometem docentes e os demais profissionais da Educação.

**Parágrafo único:** Para efeito desta Lei são classificadas como doenças ocupacionais dos educadores e demais profissionais da educação as seguintes moléstias: problemas da coluna, problemas alérgicos, problemas oftalmológicos, problemas de voz e síndrome de Burnout e todas de cunho emocional.

**Art. 2º** - A política instituída pelo art. 1º tem por objetivos:

- I – Informar e esclarecer os professores e profissionais da área da educação sobre os riscos de manifestações de doenças decorrentes do exercício profissional;
- II – Orientar sobre os métodos e formas preventivas de combate aos referidos males;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## PODER LEGISLATIVO



### GABINETE DO VEREADOR ALAN QUEIROZ

III – Encaminhar o profissional enfermo para o adequado tratamento das moléstias de que sejam vítimas em virtude da ocupação;

**Art. 3º** - Às Secretarias de Educação e Saúde caberá elaborar as diretrizes dessa política e instituir um grupo de coordenação responsável pela efetivação de política na rede municipal de escolas, compostas por profissionais da saúde e educação;

**Art. 4º** - As diretrizes de ensino deverão criar em sua estrutura um grupo responsável pela organização e implantação do Programa de Prevenção às Doenças Ocupacionais;

§ 1º - Desse programa deverão constar uma programação de eventos abertos aos educadores e demais profissionais da educação em forma de palestras, cursos presenciais, cursos à distância e visitas monitoradas, previamente marcadas às escolas;

§ 2º - As diretorias de ensino terão autonomia para elaborar o seu Programa de Prevenção às Doenças Ocupacionais, com os profissionais disponibilizados pelas secretarias envolvidas e com profissionais contratados para esse fim ou profissionais voluntários;

§ 3º - As informações e os encontros deverão ser de livre acesso aos interessados, em horários de sua escolha e opção. Os horários de trabalho coletivo nas escolas poderão ser utilizados para essa finalidade.

**Art. 5º** - Os profissionais encaminhados para tratamento deverão ter prioridade no tratamento e acompanhamento detalhado, principalmente no que diz respeito aos processos burocráticos de licença médica, quando for o caso.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**



**GABINETE DO VEREADOR ALAN QUEIROZ**

Art. 6º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2016.



**Alan Queiroz**  
Vereador





# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## PODER LEGISLATIVO



### GABINETE DO VEREADOR ALAN QUEIROZ

#### JUSTIFICATIVA

A atividade exercida pelos profissionais da educação dadas as atuais condições de trabalho, as circunstâncias sob os quais os docentes mobilizam suas capacidades físicas, cognitivas e efetivas par atingir os seus objetivos, pode gerar sobre-esforços ou hiper-solicitação de suas funções psico-fisiológicas. Caso não ocorra tempo de recuperação e este não seja devidamente gerenciado, os sintomas clínicos que explicam os índices de afastamento de trabalho por transtornos mentais são estabelecidos.

Alguns estudos apontam a ocorrência comum de doenças relacionadas ao exercício da profissão do educador que acometem a coluna, processos alérgicos, problemas com a voz, assédio moral, a síndrome de Burnout, agressão física dentro da escola e além de outras de cunho emocional. A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que até 2020 a depressão será a segunda maior causa de incapacitação para o trabalho. Com relação à voz os docentes tem 14,8 vezes mais chances de serem afastados do trabalho do que os trabalhadores em saúde, 3 vezes mais do que bancários e 1,5 vezes mais do que profissionais de rádio e televisão.

A Unesco, OIT e OMS destacam a necessidade de melhoria das condições de trabalho como condição prioritária para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Destacam também a melhoria da qualidade de ensino e bem estar físico, psíquico e social dos professores, incluindo aí a sua valorização salarial. Pesquisa feita com mais de oito mil professores da educação básica da rede pública na região Centro-Oeste do Brasil revelou que 15,7% dos entrevistados apresentam um aspecto geral que reflete intenso sofrimento causado por estresse laboral crônico. Hoje se percebe uma cadeia surda de adoecimento da categoria que, mesmo inconscientemente, já desenvolvem alguns sintomas da síndrome de Burnout. A Síndrome de Burnout se caracteriza pelo estresse crônico vivenciado por profissionais que lidam de forma intensa e constante com as dificuldades e problemas alheios, nas diversas situações de atendimento.

A Síndrome se efetiva e se estabelece no estágio mais avançado do estresse, sendo notada primeiramente pelos colegas de trabalho, depois pelas pessoas atendidas pelo profissional e, em seu estágio mais avançado, pela própria pessoa quando então decide buscar ajuda profissional especializada. Inicia-se com o desânimo e a desmotivação com o trabalho e pode culminar em doenças psicossomáticas.

Dessa forma, tão importante quanto discutir estratégias pedagógicas, é o desenvolvimento de um programa que trabalhe com meios de prevenir e encaminhar para tratamento por parte de especialistas esses profissionais com a ocorrência destas moléstias.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## PODER LEGISLATIVO



### GABINETE DO VEREADOR ALAN QUEIROZ

Diante dessa realidade, proponho o presente Projeto de Lei, visando reduzir o número de agravos ocupacionais dos que laboram na área educacional, mediante uma política organizada que, dentre outras finalidades, prestará informação e assistência aos trabalhadores da referida área, o que, evidentemente reduzirá o número de casos de males ocupacionais melhorando a vida destes profissionais e certamente colaborando para a melhoria do sistema da educação pública.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2016.



**Alan Queiroz**  
Vereador